

SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018

ACTA N.º 7/2018

(CONTÉM 29 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de catorze de dezembro de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Miniauditório, pelas 09h30m, com a seguinte Ordem de Trabalhos.

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
 - 1.1. Moção contra a desclassificação do IC5;
 - 1.2. Infografia “Prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica – 2018”;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação das atas das sessões realizadas a 10 de julho, e a 21 de setembro de 2018;
4. Proposta de alteração do Regulamento do Conselho Municipal da juventude de Miranda do Douro;
5. Assunção de compromissos plurianuais – orçamento para 2019:
 - Autorização genérica para dispensa de autorização da Assembleia Municipal – Delegação no Presidente da Câmara Municipal – Assunção de compromissos plurianuais até 99.759,58€ por ano económico;
6. Mapa de pessoal; Grandes opções do Plano e orçamento para o ano 2019;
7. Relatório do orçamento 2019;
8. Apreciação da informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara.

Constatou-se a ausência da Deputada Maria Virgínia Lopes Preto, a qual tinha transmitido, antecipadamente, ao Presidente da Assembleia Municipal que não estaria presente nesta sessão, por motivos de ordem pessoal. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: Carlos do Nascimento Ferreira, Antero Correia Besteiro, António Augusto Castro Carção, Mário da Conceição Bartolomeu Torrão, Alberto José Raposo; Marisa Pardal Lavrador, Luz Jesus Guerra João, Urbino Anjos Correia, Bruno Filipe Lourenço Torrado, Zulmira do Nascimento M. C. Firmino, Priscila Salomé R. Oliveira, Mário João Ferreira Vaz, Aida Sofia Ribeiro da Silva, Carlos E. Córdova Pêra, António José Fernandes Ribeiro, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, Abílio Domingues Pires Barril, Manuel Guerra Gonçalves, António Jorge Jacoto Lourenço, José Francisco Gonçalves Ribeiro, Luís Augusto Lucas, Aquilino José Morete Ginjo, Orlando Seixas Vaqueiro, Silvino F. Preto da Silva, e Adérito dos Santos Martins. -----

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo: o Presidente da Câmara Municipal, Artur Manuel Rodrigues Nunes, e os Vereadores Ilídio Maria Rodrigues, Anabela Piedade Afonso Torrão, Manuel Rodrigo Martins e António Nuno Marcos Rodrigues. -----

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos do Nascimento Ferreira, declarou aberta a sessão eram nove horas e quarenta minutos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes na sessão e transmitiu que, não estando presente nesta sessão a Secretária que integra a Mesa da Assembleia Municipal, Maria Virgínia Lopes Preto, havia necessidade de eleger de entre os presentes um membro para assumir tais funções, tendo nomeado para o efeito o Deputado Bruno Torrado, com o que todos concordaram. -----

Prosseguiu os trabalhos dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para prestar alguns esclarecimentos a respeito da questão da desclassificação do IC5. -----

1. INFORMAÇÕES. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência que foi remetida a esta Assembleia Municipal. -----

1.1. MOÇÃO CONTRA A DESCLASSIFICAÇÃO DO IC5. -----

G
A**Sessão de 14 de dezembro de 2018**

Foi dado conhecimento aos membros desta Assembleia Municipal do teor da carta remetida por parte das Infraestruturas de Portugal, concernente à Moção Contra a Desclassificação do IC5 enviada em agosto deste ano por esta Assembleia Municipal àquela instituição. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos os que se encontravam presentes e em seguida informou que teve duas reuniões no âmbito da desclassificação do IC5, uma delas com o Sr. Ministro e com o Sr. Secretário de Estado da tutela, onde lhe foi colocada esta questão da desclassificação do IC5. Referiu que, esta é uma questão que suscita preocupação tendo em si três componentes importantes, uma delas é a manutenção da via, o veículo de apoio a todo o itinerário, e por fim, a videovigilância. Acrescentou que esta preocupação é sentida por todos os autarcas em cujo território passa o IC5, perdendo todos eles estes serviços, que têm estado a ser prestados pela Ascendi, prejudicando não só a segurança, assim como, a manutenção da referida via. -----

Explicou que, tendo o Governo de Portugal, no passado, tido uma má experiência no que toca à cassação de vias, que fez no Algarve, foi cancelada, para já, a cassação do IC5. O que não significa que não venha a ocorrer no futuro devido aos valores avultados que são pagos à empresa concessionária. --

Considera que, futuramente se deve estar atento a esta situação porque o que está em jogo é a segurança da via, é a segurança das populações, e as acessibilidades. E sendo esta via uma das últimas a ser executada e tendo em atenção que a sua construção provocou celeuma, é que, todas as Assembleias Municipais devem estar atentas, em especial a de Miranda do Douro, e fazer finca pé para que a concessão se mantenha, por uma questão de segurança, e acessibilidade. -----

1.2 INFOGRAFIA “PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - 2018”. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento aos membros desta Assembleia Municipal do teor da carta remetida a este órgão autárquico pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. -----

Sessão de 14 de dezembro de 2018

E seguida perguntou se mais alguém teria mais informações a prestar, tendo-se manifestado o Deputado António Carção. -----

O **Deputado António Carção**, apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes, e de seguida referiu-se a e-mails trocados entre ele e o Presidente da Assembleia Municipal, referentes a solicitação de informação, havendo concluído que, em sua opinião, a informação que lhe tinha sido disponibilizada não foi suficiente nem adequada. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu o Deputado António Carção, que os pedidos de informação remetidos à Mesa da Assembleia, tem um enquadramento normativo bem definido no Regimento da Assembleia Municipal, devendo esses mesmos pedidos serem “**sobre assuntos de interesse para o município**” ou “**sobre a execução de deliberações anteriores**”, o que não era o caso, mas que mesmo assim, tinha remetido o pedido ao Presidente da Câmara Municipal, e que os serviços competentes lhe haviam enviado a informação solicitada, embora na opinião do deputado, não tenha sido a adequada. -----

2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** antes de proceder à abertura de inscrições para intervir neste ponto, deu conhecimento de uma questão, que considera ser de grande importância, nomeadamente, o processo de aglutinação de freguesias, correndo na praça publica rumores de que esse processo se pode vir a reverter. -----

Neste âmbito, chamou à atenção os grupos parlamentares que integram esta Assembleia Municipal, e os Presidentes de Junta deste Concelho para auscultarem as populações, de modo a ter conhecimento das respetivas ansiedades, por forma a que esta Assembleia Municipal se possa pronunciar em consciência a respeito dessa questão, quando seja colocada. -----

Sequencialmente procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: Camilo A. V. das Neves Raposo, Marisa Pardal Lavrador, José Francisco Gonçalves Ribeiro, Jorge Jacoto Lourenço, Alberto José Raposo, Antero Besteiro, Abílio Domingos Pires Barril,

Sessão de 14 de dezembro de 2018

António Carção, Bruno Torrado, Orlando Vaqueiro, Aquilino Ginjo, José F. G. Ribeiro, e Eduardo Sanches da Gama. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas**, Camilo A. V. das Neves Raposo, apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes e em seguida pediu esclarecimento ao Executivo Municipal a respeito do abate de árvores na cidade de Miranda do Douro. -----

A **Deputada Marisa Pardal Lavrador**, cumprimentou todos os que se encontravam na sessão e prosseguiu dizendo, que constatou que em toda a cidade de Miranda do Douro existe apenas um estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, concretamente, no Largo da Sé. Considera que, Miranda do Douro deve ser uma cidade inclusiva e para todos, e nesse contexto deviam de ser criados mais lugares de estacionamento desse género, principalmente próximo dos organismos públicos. -----

Manifestou a sua indignação pelo abate de árvores na cidade, principalmente pelo abate das árvores junto ao Tribunal, e considera que se podiam ter tomado outras medidas, em vez de abate-las. -----

Relativamente às muralhas do antigo castelo, disse que deviam de ser aparados os arbustos que crescem nas mesmas, porque dá a sensação de abandono, dando mau aspeto não só a quem cá vive, mas, sobretudo a quem vem de visita, devendo evitar que passe essa imagem de abandono. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Póvoa**, António José Fernandes Ribeiro, cumprimentou todos os que se encontravam na sessão. -----

Prossequindo, chamou à atenção para uma questão que já foi anteriormente levantada nesta Assembleia, que se prende com o excesso de zelo manifestado por parte de alguns trabalhadores da autarquia que exigem demasiado dos munícipes relativamente aos processos de construção de edificações. E neste contexto explicou que, um casal jovem pretendia construir a sua casa de habitação na freguesia da Póvoa e devido às burocracias dos serviços da Câmara Municipal desistiram de construir. -----

Exteriorizou que, esta não é a forma de fixar as pessoas no nosso concelho pessoas, devendo haver maior abertura por parte da Câmara Municipal, de modo a simplificar os procedimentos em vez de complicá-los. -----

CF
A**Sessão de 14 de dezembro de 2018**

Informou que, foi convidado a estar presente numa sessão de sensibilização, que teve lugar no dia 15 de novembro passado, alusiva à limpeza e tratamento de lixo. Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal, como é possível fazer o tratamento do lixo se na sua freguesia não existem ecopontos. Informou que, já enviou alguns ofícios para a Câmara Municipal a solicitar ecopontos, mas que, ainda não obteve nenhuma resposta. Solicitou ao Executivo Municipal que lhe dê uma resposta, a fim de saber se é ou não possível colocar esse tipo de equipamento urbano na sua freguesia. -----

Referiu que, há já alguns meses que ardeu a casa de um dos munícipes residentes na localidade da Póvoa, nomeadamente o Sr. Martins, e que a Junta de Freguesia da Póvoa contribuído para a reabilitação da referida habitação, apelando ao Executivo Municipal que dê apoio para a reabilitação mesma. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e prosseguiu manifestando o seu agradecimento à Câmara Municipal, pela realização dos trabalhos de limpeza levados a cabo nas bermas da estrada que liga a E.N. 221 ao Barrocal, que já tinha mau aspeto. Apoio esse, sem o qual não é fácil para as juntas de freguesia executar os diversos trabalhos, apelando para que seja feito um trabalho de proximidade e profícuo entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia deste Concelho. -----

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal a respeito do protocolo assinado entre a Associação Nacional de Municípios e a EDP, no que toca aos projetos que o município terá inventariado este ano para execução no âmbito do referido protocolo. -----

Lembrou que, na sessão de junho o Presidente da Câmara Municipal terá dito que, estaria prevista uma obra para o Barrocal. Perguntou que obra estaria prevista para o Barrocal e que, não tendo sido executada até agora, quando seria executada, disponibilizando-se a Junta de Freguesia a colaborar dentro das suas possibilidades. -----

O **Deputado Alberto José Raposo**, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e dando seguimento à sua intervenção referiu

CF
A

que, ao fim de mais de trinta anos ao serviço deste Município se sente humilhado e envergonhado. -----

Felicitou o Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa, por ter tido a iniciativa que teve durante o período de Verão, com a colaboração dos jovens daquela freguesia, na limpeza das ruas daquela localidade. -----

Referiu-se ao corte das árvores na cidade, dizendo que, a forma como foi feito esse trabalho que não terá sido a mais transparente. Que se constata falta de diálogo, falta de informação, e que devia de ter sido criada uma comissão dentro deste órgão para acompanhamento dos trabalhos. -----

Expôs que, terá sido envolvido numa questão concernente à construção de uma casa de habitação, a respeito do que já falou nesta sessão o Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa, dizendo que, teve conhecimento que os requerentes Lúcio e Marina, residentes na Póvoa terão reunido duas vezes com o Presidente da Câmara Municipal e com o Arquiteto responsável pelo urbanismo, na Câmara Municipal, a fim de implementar um projeto de habitação naquela localidade, tendo estes sido impedidos de fazê-lo. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal declarou que, as suas promessas eleitorais foram esquecidas e que por isso é mentiroso. -----

Consultando o programa eleitoral apresentado nas últimas eleições autárquicas pelo Partido Socialista, deste Concelho, leu a parte em que refere o apoio aos jovens no âmbito da construção de habitação própria. -----

A respeito desta questão disse que se sentia visado na medida em que apoiou o, então, candidato e atual Presidente da Câmara Municipal. Continuou dizendo que, o Presidente da Câmara e o seu lacaio, referindo-se ao técnico responsável pelo urbanismo na Câmara Municipal, terão reunido com este e terá dito que não havia qualquer inconveniente com o projeto de construção de habitação apresentado pelos requerentes. Explicou que o problema surge porque não foi a empresa Geraldês e Martins a elaborar o projeto, foi um arquiteto que nem sequer é deste concelho, e que terá sido esse o motivo pelo que não foi aprovado. -----

Informou que se trata de um casal jovem, pais de uma criança, que compraram cinco barracões para construção de uma moradia. -----

C
A**Sessão de 14 de dezembro de 2018**

Explicou que, além do projeto não ter sido aprovado que foi embargado, optando o casal por desistir da edificação naquele local. Disse que o mais grave é que a freguesia ficar com aquele espaço, no centro da localidade, em ruínas. -

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal perguntou se esta é a sua política, preservar casas em ruínas dentro do espaço urbano das freguesias e cortar árvores saudáveis dentro do Centro Histórico, dizendo que não se revê nessa política. -----

Referiu-se à compra de um terreno na localidade de Sendim pela Câmara Municipal para a execução do Matadouro Municipal, perguntando ao Presidente da Câmara se não sente a sua consciência pesada, por ter pago um terreno localizado numa zona em que se pretende vir a instalar uma zona industrial, a € 3,60 m² (três euros e sessenta cêntimos) o metro quadrado, inflacionando o preço dos terrenos em toda essa zona envolvente, caso venha a ser zona industrial. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, perguntou-lhe se na qualidade de mirandês considera ter esse direito. Pois os mirandeses não têm piscinas municipais no Verão, sem um novo mercado na cidade, e sem terrenos na zona industrial da cidade, pagar terrenos a esse preço numa área onde apenas 30% pode ser edificado, e disse que, mais uma vez não se revê nessas políticas. -----

O **Deputado Antero Besteiro**, apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes na sessão e prosseguindo dirigiu-se à pessoa do Presidente da Câmara Municipal dizendo que, já diversas vezes abordou nesta Assembleia Municipal os assuntos que vai focar. Nomeadamente, a fonte que se encontra em frente do quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Douro, referiu que, de vez em quando são vertidos muitos hectolitros de água daquela fonte sem nenhum aproveitamento, por se encontrar entupida e ninguém a ir limpar. -----

Referindo-se ao posto de turismo de Miranda do Douro disse que, é suposto ser um local apazível, um lugar digno de receção de turistas, e esse local oferece parcas condições de acolhimento. Acrescentou que, de vez em quando desse local exalam odores nauseabundos, quer das fezes dos cães que

os donos levam a defecar naquele espaço quer dos contentores do lixo que ficam a abarrotar, devido ao depósito de resíduos provenientes do restaurante que se encontra próximo daquele local. -----

Fez alusão ao corte de árvores na cidade, dizendo que, não acredita que tenha sido a autarquia que teve a iniciativa de cortar as árvores. Disse que, foi uma qualquer entidade que indicou à autarquia que as árvores deviam de ser cortadas, e que, se umas deviam de ser cortadas, por uma questão de segurança, outras não deveriam de ter sido. -----

Relativamente às montarias, disse que se aproxima o encontro municipal e brevemente se realizará de novo a Feira de Sabores e ainda ninguém informou a respeito das datas e das localidades onde se vão realizar. Segundo lhe constou, serão realizadas em Constantim e em Vila Chã, o que lhe parece bem, e dirigindo-se à Vereadora Anabela Torrão referiu que deve estar atenta, em Constantim, devido aos desentendimento e vigarices que por ali andam. ----

Ainda relativamente às montarias, perguntou à Vereadora se as refeições das montarias vão ser servidas como de costume ou se vão ser as associações de caça a tratar das refeições. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal e ao Executivo Municipal referiu que, as casas de banho da estação de autocarros se encontram completamente degradadas e que quem vai com o sentido de as utilizar sai de lá muito mal impressionado, não só pela falta de higiene, como pelo péssimo estado de conservação em que se encontram. -----

Lembrou mais uma vez que as ruas da cidade estão a necessitar arranjo, devido aos buracos que existem no piso. -----

Expôs que, com a abertura da vala para abastecimento de água desde o santuário de Nossa Sr.^a da Luz até S. Martinho, deixou o estradão que vai de Constantim ao Naso danificado, perguntou se o empreiteiro irá regularizar o piso do estradão. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro**, Abílio Domingos Pires Barril, cumprimentou todos os que se encontravam presentes e prosseguiu dizendo, em relação ao abate das árvores desta cidade, que se sente muito desgostoso pelo que foi feito. Referiu que, além de terem sido

Sessão de 14 de dezembro de 2018

cortadas árvores dentro das muralhas também foram cortadas fora das mesmas, tendo deixado lixo nos espaços onde às árvores foram cortadas, nomeadamente junto ao infantário. E que, deviam ter sido cortadas outras árvores que estão em mau estado em vez das que cortaram em bom estado. ----

Congratulou-se por terem dado início à execução dos taludes na estrada nacional n.º 218, indo em direção a Espanha. -----

Muitas mais coisas gostaria de ver executadas, nomeadamente as piscinas municipais descobertas, que são procuradas tanto pelos residentes como pelos turistas que nos visitam. -----

O **Deputado António Carção**, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e conseqüentemente manifestou a sua solidariedade para com as pessoas que não concordam com o abate das árvores na cidade. Disse ter ficado perplexo quando soube que nem sequer foi consultado o Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro para proceder a essa intervenção. E perguntou, quem é o verdadeiro dono das árvores da cidade se a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia. -----

É de opinião que os troncos cortados deveriam ter sido aproveitados para utilizar noutras situações, ou deviam de ter sido vendidos em leilão, e não queimados na fogueira do galo, embora concorde que a fogueira do galo é uma tradição ancestral, os troncos daquelas árvores não deviam de ter sido queimados, porque têm grande significado para as pessoas residentes em Miranda do Douro. -----

Referiu-se à Cimeira Ibérica dizendo que, no tocante ao nosso concelho a montanha pariu um rato, devido à desclassificação do IC5, com o que está preocupado. Acrescentando que, em todas as reuniões em que participar falará bem alto em relação a esta questão de desclassificação do IC5. -----

Alertou para a questão das duas lombas colocadas na rua dos Barriais, em Sendim, dizendo que, embora estejam sinalizadas com sinalização vertical podem tornar-se perigosas devido à falta de visibilidade das mesmas principalmente durante a noite, e que deveria ser colocado sinalização luminosa naquelas lombas. -----

Falou a respeito dos concursos abertos pela Câmara Municipal para recrutamento de pessoal, dizendo que, a Assembleia Municipal deve ser informada a respeito da situação em que os mesmos se encontram. -----

Mencionou que, os referidos concursos já se encontram abertos há cerca de dois anos, e que eram muitos os candidatos, mas, se calhar não era necessário o recrutamento dessas pessoas porque ao longo deste tempo a Câmara Municipal continua a funcionar normalmente. -----

Expôs que, ficou perplexo quando leu no edital onde era mencionado que os concursos tinham sido suspensos, devido a razões infundadas. Mas que, sendo por razões infundadas então deveriam de lhe ter dado continuidade, considerando esse facto grave. -----

Aconselhou o Presidente da Câmara Municipal e o Executivo Municipal a fazer uma leitura ao programa eleitoral apresentado pelo atual Executivo Municipal nas últimas eleições, porque fizeram muitas promessas, sendo necessário elaborar muitos regulamentos para poder dar seguimento a essas promessas, e verifica que está tudo muito quieto e parado. -----

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal quando se iniciará a obra do Matadouro Intermunicipal do Planalto Mirandês. -----

Perguntou o que a Câmara fez ou pretende fazer relativamente ao melhoramento dos Recursos Cinegéticos. -----

Perguntou, quando será implementado o projeto de regadio no Planalto de Miranda do Douro. -----

O **Deputado Bruno Torrado**, apresentou os seus cumprimentos a todos os presentes na sessão e prosseguindo congratulou o Executivo Municipal pela colocação de equipamento de acesso à internet por toda a cidade de Miranda do Douro, considera que é benéfico. Desafiou o Executivo Municipal para que mande instalar internet em todo o Concelho de Miranda do Douro. -----

Congratulou-se pela execução das obras nos taludes da Estrada Nacional 218, indo em direção a Espanha. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela**, Orlando Vaqueiro, apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes e em seguida declarou que comunga abertamente do espírito de

indignação demonstrado pelos anteriores oradores a respeito do abate das árvores na cidade de Miranda do Douro. E neste particular, referiu que, quem tem competência para gerir o perímetro urbano da freguesia é a Junta de Freguesia, sendo um órgão diferente da Câmara Municipal. -----

Independentemente do que quer que seja, considera que teria sido de bom tom, em primeiro lugar levar uma informação previa à Assembleia de Freguesia, seguindo-se posteriormente o processo normal. E neste âmbito, considera que, não é necessário ser expert na matéria para saber que, as árvores existiam muito antes de outras infraestruturas, e se realmente a relação da árvore com a infraestrutura não era a melhor, abater a árvore não era a primeira solução, que se devia adaptar a infraestrutura à árvore, fazendo um estudo prévio. Perante o que foi dito a respeito deste assunto nesta sessão, considera que, terá havido uma precipitação neste processo e eventualmente uma menos boa condução do mesmo. -----

Pegando nas palavras do Deputado Alberto Raposo e ao papel que este deitou ao chão, referindo-se ao programa eleitoral apresentado nas últimas eleições pelo atual Executivo Municipal, com o que ele também se sente comprometido, disse que, quando as pessoas se comprometem devem assumir os seus compromissos seja para o bem ou seja para o mal. E que, de acordo com os compromissos que constam nesse programa colocou duas questões que considera muito sérias. -----

Referiu que, durante oito anos foi falado e comprometido o matadouro, e recorda-se de ter sido criada uma empresa municipal com o intuito de criar o matadouro. Acerca deste assunto tomou conhecimento de que o matadouro não será construído em Sendim, conforme previsto, mas sim em Duas Igrejas.

Perguntou ao Executivo Municipal se esse comentário corresponde à verdade e se coaduna com os planos do município, e se não é verdade, quando será dado início às obras de construção do matadouro, e se ainda não dão início às obras, porquê que não o fazem. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Sendim/Atenor**, Aquilino Ginjo, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e em seguida congratulou-se pelo facto de se ter dado início à requalificação da E.N.

Sessão de 14 de dezembro de 2018

218, pois considera que se trata de uma via de grande importância não apenas para este concelho, mas também para o resto do país, uma vez que é uma porta para o resto do mundo. Aproveitou para felicitar o Presidente da Câmara Municipal pela obra. -----

Relativamente à instalação de internet na sede do concelho disse que, espera que numa segunda fase seja extensível a todas as freguesias do concelho. -----

Congratulou-se também com as obras realizadas no acesso ao nó do IC5 em Sendim, referindo que, se apostou sempre na requalificação da E.N. 221, seja a nascente como a poente, pois era a entrada e a saída de Sendim, sendo neste momento o IC5. Ainda relativamente ao acesso ao IC5 referiu que a sinalização luminosa nas passadeiras elevadas, colocadas na rua dos Barreais, é indispensável. -----

Relativamente ao Matadouro Intermunicipal disse que, o importante é que se erija neste concelho, embora ficasse mais satisfeito que fosse erigido em Sendim. Expôs que, a Junta de Freguesia de Sendim há uns anos atrás comprou um terreno para nele construir o dito matadouro. Disse que, terá insistido com o ex-presidente de Junta de Freguesia de Sendim, o Professor Almendra, para ceder o terreno à Câmara Municipal e que este nunca quis cede-lo. -----

Relativamente ao campo de futebol de Sendim expôs que, no dia 28 de outubro foi inaugurado o referido equipamento e não foi convidado para participar nessa inauguração por parte da Direção do Grupo Desportivo de Sendim, por razões políticas. Esclareceu que, não terá sido convidado pelo facto de a Junta de Freguesia não ter participado financeiramente neste projeto. Referiu que, o orçamento da junta de freguesia não previa esse encargo, nem contempla verba para tal. Lamenta profundamente que tenha sido utilizada a bandeira da Vila de Sendim sem que tenha participado no evento de inauguração desse espaço nenhum membro nem da Junta de Freguesia, nem da Assembleia de Freguesia. Teve conhecimento através da ata n.º 24-2018 da Câmara Municipal que iria ser criada uma comissão para apuramento do cumprimento do protocolo celebrado entre este Município e o Grupo Desportivo de Sendim. Neste âmbito perguntou ao Presidente da Câmara

CF
A**Sessão de 14 de dezembro de 2018**

Municipal se o Grupo Desportivo de Sendim já apresentou os comprovativos de pagamento dos trabalhos executados no campo de futebol. Referiu que, aquele organismo não apresenta contas aos seus sócios há mais de quatro anos, pelo que não existe. Referiu que, o valor despendido com as obras naquele investimento, não são do valor de trezentos mil, nem sequer de duzentos mil euros, e que nesse processo se identificam uma série de irregularidades. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Constantim/Cicouro**, José Francisco Gonçalves Ribeiro, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e dirigindo-se ao Deputado Antero Besteiro disse que, o Presidente acompanhou os trabalhos executados no estradão de Constantim diariamente. Esclareceu que, três pessoas terão feito queixa à Câmara porque ao chegar ao meio da aldeia se terá metido um pouco para dentro. Disse que, o empreiteiro que procedeu aos trabalhos terá entrado indevidamente para dentro de uma propriedade privada junto a uma curva no lugar denominado Lagoa dos Fornos. Explicou que se dirigiu ao local e foi resolvida a questão. -----

Relativamente ao arranjo do estradão disse que, o empreiteiro não vai deixar o local nas condições em que se encontra neste momento, estando os serviços da Câmara Municipal ao corrente dos trabalhos. -----

Quanto às batidas referiu que não se pronunciará e que apenas serviu de intermediário entre a Associação de Caça e a Câmara Municipal. -----

O **Deputado Eduardo Sanches da Gama**, apresentou os seus cumprimentos a todos os participantes na sessão. Prosseguindo referiu-se à questão do corte de árvores dizendo que terá havido falta de comunicação, e que quando se trata de cortar árvores que os institutos vêm de imediato para autorizar que se proceda ao corte de árvores, quando o município pretende esgalhar as árvores de que é proprietário que não autorizam. E neste contexto, referiu que espera que a fogueira onde as ditas árvores vão ser queimadas não prejudique as habitações que se encontram próximas. E que lhe parece que as cantarias da própria da Sé já se estão a ressentir devido ao calor emanado pela dita figueira, aconselhando que talvez fosse melhor fazer a fogueira na parte de terra batida na parte de trás da Sé, afastando-a das residências que se encontram próximas. -----

Relativamente à questão do matadouro, disse que, é uma questão que se vem debatendo desde há longa data e que na qualidade de Presidente de uma Associação de Produtores de Ovinos têm todo o interesse no matadouro. -----

Disse que, o Deputado Antero Besteiro tocou em dois pontos importantes, que são, o Posto de Turismo e às respetivas condições sanitárias.

Considera que, Miranda do Douro deveria ter um projeto relativamente ao turismo para um período de quinze a vinte anos, tendo em vista atrair para o concelho pessoas que já se encontram aposentadas, mas que se verídica que Miranda do Douro está estagnada e quase num ponto sem retorno. -----

Segundo lhe consta, relativamente aos produtores de criadores de ovinos, quando for a nova campanha dos subsídios, que tem a impressão que muitos vão desistir e que viremos para um terço dos produtores da raça. -----

Referiu que, no que toca à produção de cabras e ovelhas bombeiras o Governo aprovou a implementação desses projetos, e pediu que o Município faça pressão junto das autoridades, porque se devia fazer mais, considerando que o único que foi feito, foi ceder uns terrenos e que devia tratar com o Ministério da Agricultura subsidiar os produtores, antes que a raça passe a vias de extinção. -----

Ainda relativamente ao turismo disse que, a sanidade é uma das coisas mais importantes. Chamando à atenção que quando a afluência de turistas é maior, os contentores do lixo não são suficientes para a recolha de lixo.

Além disso, referiu que, as pessoas não têm sítios para estarem à espera de entrar para os restaurantes, quando os restaurantes estão cheios e que se deviam criar condições para promover o turismo e refletir em relação a que tipo de turismo se pretende receber. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** expôs que, quem tem autoridade para mandar no território de um concelho é o PDM e que quem faz a gestão do PDM é a Câmara Municipal, portanto, relativamente ao corte de árvores que seria competência daquele órgão autárquico. -----

Em seguida passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos considerados necessários. -----

C
A**Sessão de 14 de dezembro de 2018**

O **Presidente da Câmara Municipal** deu início à sua intervenção transmitindo, a respeito do abate das árvores na cidade, que não são árvores centenárias, que têm cerca de 50 anos, pois, foram plantadas aquando da reconstrução do Paço Episcopal. O Largo do Castelo foi remodelado já duas vezes, portanto também não há muitos anos que foram plantadas as árvores que lá se encontravam. -----

Referiu que, há aproximadamente um ano atrás em visita ao Paço Episcopal na companhia do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, do Sr. Padre, e do Sr. Bispo lhes perguntou se viam algum inconveniente no abate das árvores ao que responderem não verem nenhum inconveniente. ---

Esclareceu que, o abate das árvores se deve ao facto de terem já sido pagas duas indemnizações a particulares por danos causados nas suas viaturas, além de uma terceira árvore ter caído, tendo sido as árvores abatidas devido a questões de segurança dos munícipes e dos turistas que nos visitam. -----

Convidou todos os membros que se debateram a respeito do abate das árvores a verificarem “in loco” o seu real estado. -----

Informou que, antes das árvores serem abatidas, foi feito um pedido de avaliação técnica do estado das árvores que foi remetido ao Executivo Municipal e debatido em reunião, e perante essa avaliação e a deliberação do Órgão Executivo, foi afixado um edital e publicado o relatório de avaliação apresentado, sendo posteriormente mandadas abater, por se encontrarem em mau estado de conservação. Informou ainda que, posteriormente ao abate das árvores foi mandado fazer um estudo a respeito do estado das árvores, pelo que, se concluiu que os troncos das árvores estavam ocos e podres, pelo que, foram tomadas as devidas precauções. -----

Deu conhecimento de que, está a ser elaborado um plano de mobilidade urbana na cidade de Miranda do Douro, numa primeira fase, e posteriormente será feito em algumas freguesias onde se verifique essa necessidade, colocando rampas e lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. -----

Quanto às passadeiras de redução de velocidade, colocadas na Rua dos Barreais, em Sendim, disse que, essa preocupação deve ser manifestada em

relação a todas as situações idênticas que existam em todo o Concelho e não apenas no que respeita à localidade de Sendim. Tomando medidas de correção em relação a todas as situações análogas de sinalização e não apenas às de Sendim, no sentido de abranger todo o Concelho. -----

Relativamente à limpeza das muralhas do antigo castelo disse que, tudo o que diga respeito às muralhas é da competência da Direção Regional da Cultura do Norte. E assim sendo, têm sido feitas reuniões com o Diretor Regional e com os técnicos daquela instituição a fim de decidir se se deve manter o acesso às muralhas, uma vez que, caso se dê um acidente serão responsabilizadas as instituições envolvidas, nomeadamente, a Proteção Civil, a Câmara Municipal, bem como, a Direção Regional da Cultura, visto que, aquela estrutura, não tem proteção, incluindo-se a limpeza e manutenção da mesma.

Informou que, no âmbito da transferência de competências a Direção Regional da Cultura pretende transferir a competência da manutenção e conservação das muralhas para a Câmara Municipal, sem dotação financeira. ----

Sobre a construção da casa no centro da localidade da Póvoa disse que, foram feitas uma série de reuniões no âmbito desta questão tendo sido proposto que a edificação deveria manter a traça da envolvente relativamente à pretensão da construção, de acordo com o previsto no pedido de informação prévia. -----

O requerente pretendia retirar as construções que se encontravam no local e construir tudo de raiz, desvirtuando e desvalorizando a traça original. ---

Chamou à atenção, relativamente às acusações que lhe foram feitas aquando se referiram a respeito da construção da casa, dizendo que, não se lembra de ter presenciado tanta falta de educação e de respeito pelo Executivo da Câmara Municipal, e pela pessoa do Presidente da Câmara Municipal, expondo que, não tem fé de tal ter acontecido daquela maneira em nenhuma sessão desde o 25 de abril até à presente data, afirmando que, educação cada um toma a que quer. -----

Relativamente à questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Picote, disse que, em relação aos projetos inventariados para o nosso Concelho no âmbito do protocolo celebrado entre a ANMP e a EDP respondeu

Sessão de 14 de dezembro de 2018

que, por motivo de agenda ainda não reuniram as entidades envolvidas nesta matéria, pelo que logo que seja possível se agendará uma reunião. -----

Quanto à instalação de ecopontos, respondeu que foi solicitado à Resíduos do Nordeste a instalação de diversos ecopontos, não só na Póvoa como em outros locais do Concelho, e que irá pedir satisfações àquela empresa a respeito desta questão. -----

Relativamente à questão da casa do Sr. Martins disse que, ainda esta semana esteve reunido com a Comissão nomeada para avaliar estas questões e que está a se tratado o caso do Sr. Martins e outro caso que surgiu em Duas Igrejas, estando os técnicos a avaliar esse projeto. -----

Relativamente à instalação do matadouro referiu que, estão a ser dados passos em frente em relação a esta questão. Nomeadamente, a aquisição de terrenos para a instalação do matadouro e em anexo da zona industrial e o financiamento dos respetivos projetos, a intenção de manter o matadouro intermunicipal, optando estrategicamente pela localidade de Sendim para instalar esse equipamento. -----

Sobre o posto de turismo e a zona envolvente ao mesmo, disse que, foi feita uma candidatura para a requalificação desse edifício e da área circundante. -----

Relativamente aos lixos urbanos disse que, nos contentores enterrados não é possível depositar lixos industriais, apenas lixos domésticos. -----

Neste particular suscitam apenas duas opções, ou os restaurantes passam a ser multados porque têm que ir ao ecoponto levar o lixo, ou têm bom senso relativamente aos caixotes do lixo, porque o que se constata é uma situação muito hedionda porque vão depositar lixo nos caixotes depois do carro do lixo ter passado, acumulando-se lixo de um dia para o outro até ser efetuada a nova recolha. -----

Relativamente às casas de banho da estação de autocarros disse que, efetivamente se encontram em mau estado de conservação e que a solução imediata seja fechar as casas de banho durante o período noturno, mas obriga à construção de novas casas de banho públicas noutra local, junto às muralhas.

Sessão de 14 de dezembro de 2018

Quanto às montarias, referiu que, houve uma proposta para fazer as montarias nas freguesias, nomeadamente, a Junta de Freguesia de Constantim ofereceu-se para organizar uma montaria a norte do Concelho, sendo Vila Chã a sul. Tendo intenção a Câmara Municipal de fazer uma montaria a norte e uma montaria a sul do Concelho, tentando não repetir os locais onde as montarias se vão realizando. Até à presente data tem sido a Câmara Municipal a organizar estes eventos, a partir de agora serão as próprias Associativas a fazer-lo com o apoio da Câmara Municipal, contratualizando as mesmas com as associativas em conjunto com a Câmara Municipal. Quanto às refeições servidas nesses eventos disse que, será utilizado um novo modelo a fim de verificar se resulta melhor que o que tem sido utilizado, serão as próprias associativas a servir essas refeições. -----

Relativamente à questão das piscinas municipais descobertas disse que, vai ser levado a reunião de novo o projeto colocando-se o problema de que cada vez menos empresas concorrem para esta zona do país sendo cada vez menos as que o fazem, ficando os concursos vazios, e que vem dificultar as candidaturas e a execução das obras. -----

Expôs que, o primeiro concurso aberto para a requalificação das piscinas ficou vazio, entretanto foi feita a revisão do projeto e dos preços e vai agora novamente a aprovação em reunião da Câmara para lançamento de um novo concurso, obrigando a um conjunto de procedimentos administrativos. -----

Sobre a Cimeira Ibérica disse que, terá oportunidade de falar sobre esta questão na Assembleia Intermunicipal da CIM, considera que se trata de um assunto muito importante e que teve duas reuniões com o Sr. Ministro da tutela, e duas reuniões com o Sr. Secretário de Estado, uma reunião com o Sr. Primeiro Ministro, em Chaves, para transmitir novamente a preocupação para com este território, sendo Miranda do Douro central em termos de Península Ibérica. Referiu que, houve intervenções bem claras a respeito desta matéria, sendo a A11 uma prioridade, e depois a questão do IC5, é fundamental que não se fique por Duas Igrejas, mas se possível chegue a Miranda do Douro e se possível chegar à A11 ou a Saiago conforma previsão do Governo. -----

G
A**Sessão de 14 de dezembro de 2018**

Informou que, o Plano Nacional de Investimentos chegará ainda neste mês e espera-se que algumas das propostas apresentadas constem no mesmo.

Quanto aos concursos disse que, foram feitos pedidos de esclarecimento por parte do Tribunal de Contas, e para que não restassem dúvidas sobre a clarividência dos concursos, por isso foram suspensos até ter informação concreta sobre esta questão, e logo que se tenha será de imediato levantada a suspensão dos mesmos. -----

No que respeita ao regadio disse que, para o Plano Nacional de Investimento 2030 pretende-se fazer um estudo sobre o potencial do regadio para todo o Planalto Mirandês, havendo no 20/20 apenas regadios tradicionais, não havia apoios para regadios novos. Informou que, a CIM vai lançar um concurso para avaliar o Planalto Mirandês, fazendo a ligação entre a Terra Fria e a Terra Quente, em matéria de regadio e havendo comunidades de regantes a serem desenvolvidas em todo o território, especialmente nos concelhos de Miranda do Douro, Vimioso, Mogadouro até chegar à Terra Quente, nomeadamente, Alfândega da Fé, então sim, podemos desenvolver um projeto de regadio. Referiu que, primeiro terá que ser feita esta avaliação, em seguida lançar o concurso da avaliação e depois inclui-lo no 2030. -----

Quanto à instalação de internet, referiu que, foi feita uma candidatura no âmbito de um programa destinado exclusivamente aos centros históricos, um investimento na ordem dos € 50.000,00 (cinquenta mil euros). -----

Relativamente às comunicações, disse que teve uma reunião com a ANACOM, no âmbito da CIM, para tratar da cobertura de rede em zonas sombra, como é o caso de São Martinho, informando que se verifica o mesmo na zona do IC5, em Sendim, Atenor e Duas Igrejas. -----

Sobre o Grupo Desportivo de Sendim referiu que, havia dúvidas relativamente ao cumprimento do protocolo celebrado entre o Município e aquele Grupo Desportivo, tendo sido contratado um jurista para fazer esta avaliação a respeito do cumprimento do mesmo. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu a sessão dando novamente a palavra a quem pretendesse intervir, tendo solicitado o uso da palavra o Deputado Alberto Raposo. -----

Sessão de 14 de dezembro de 2018

O **Deputado Alberto Raposo** por sua vez referiu que, tendo sido visado pelo Presidente da Câmara Municipal, pretende intervir para esclarecer que as coisas do Concelho devem ser debatidas nesta Assembleia Municipal, independentemente do tempo que demorem a ser debatidas, para que futuramente não seja apenas o Executivo Municipal responsabilizado pelas decisões tomadas. Referiu que, esta Assembleia tem mais responsabilidades que o Executivo Municipal, na medida em que a Assembleia Municipal é que dá cobertura às decisões que a Câmara Municipal apresenta, pelo que são responsáveis. Afirmou que, atualmente na política ninguém gosta de ouvir a verdade, e que não compreende porquê. -----

Assegurou que, não foi mal-educado na sua anterior intervenção, nem faltou ao respeito a ninguém, e que ninguém tem que dar-lhe lições, depois de mais de trinta anos nesta casa, sobre as suas intervenções. -----

Referiu que, já fez oposição, já esteve no poder e que nunca ninguém lhe disse tanta barbaridade como o Sr. Presidente da Câmara lhe disse hoje, afirmando que, se sente envergonho e espezinhado porque é responsável. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** solicitou que lhe fosse dada a palavra à Vereadora Anabela Torrão a fim de esclarecer um lapso a respeito das montarias. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Vereadora Anabela Torrão a fim de prestar o respetivo esclarecimento. -----

A **Vereadora Anabela Torrão** depois de cumprimentar todos os que se encontravam presentes prosseguiu dizendo que, em relação ao serviço de refeições respeitante às montarias, no sábado decorrerá no pavilhão multiusos e no domingo decorrerá em Vila Chã da Braciosa. Tendo sido exigido que, as refeições sejam confeccionadas com carnes das raças autóctones. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** depois de terminadas as intervenções passou ao ponto seguinte. -----

3. APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES REALIZADAS A 10 DE JULHO, E A 21 DE SETEMBRO DE 2018. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. ----

Sessão de 14 de dezembro de 2018

Foram postas a votação as atas das sessões realizadas nos dias, dez de julho de dois mil e dezoito, e vinte e um de setembro de dois mil e dezoito, tendo sido aprovadas por unanimidade, dos membros presentes nas referidas sessões, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo. -----

4. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE MIRANDA DO DOURO. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado Mário Vaz. ---

O **Deputado Mário Vaz** cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e em seguida informou que, esta proposta vem no decorrer dos trabalhos do Concelho Municipal da Juventude, no sentido de agilizar a execução dos trabalhos do Concelho Municipal. -----

Alertou para a necessidade de as juntas de freguesia incentivarem os jovens a participar no Concelho Municipal da Juventude, bem como, no Orçamento Participativo Jovem. -----

Informou que, não houve muitas propostas e que têm tentado incentivar os jovens neste sentido, referindo que, no ano passado foi atribuído ao Grupo de Pauliteiros de Miranda do Douro, e este ano ao Grupo Desportivo Mirandês.

Referiu ainda que, esperam que surjam mais propostas, pelo menos três propostas, lembrando que no nosso concelho existem muitas associações que poderiam usufruir deste orçamento participativo, que é regulamentado pelo Concelho Municipal da Juventude. -----

Posto este assunto a votação foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Miranda do Douro. -----

5. ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - ORÇAMENTO PARA 2019: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - DELEGAÇÃO NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ 99.759,58€ POR ANO ECONÓMICO. -----

G
A**Sessão de 14 de dezembro de 2018**

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, não se tendo verificado nenhuma inscrição, colocou este assunto a votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

6. MAPA DE PESSOAL; GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO 2019. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: António Carção, Bruno Torrado, e Jorge Jacoto Lourenço. -----

Antes de prosseguir com as intervenções deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal a fim deste se pronunciar a respeito deste assunto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** expôs relativamente às grandes opções do plano que, há uma série de obras a decorrer no concelho de Miranda do Douro, sendo a mais emblemática o abastecimento de água à zona norte do concelho, tendo outras do âmbito do abastecimento de água e do tratamento de saneamentos, nomeadamente a construção da ETAR de Sendim. -----

Referiu que, estão a decorrer uma série de obras que vão transitar para o ano seguinte, dando continuidade ao que está a ser feito em 2018 para 2019, dando continuidade a um conjunto de obras e investimentos, concretamente no âmbito do PARU – Planos de Ação e Regeneração Urbana, concretamente da reabilitação urbana, entre outras. -----

Relativamente às juntas de freguesia disse que, é sua pretensão reunir com cada junta de freguesia a fim de apurar quais são as propostas que cada uma das juntas de freguesia pretende apresentar fomentando a colaboração entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, tentando resolver algumas questões de fundo com as mesmas. -----

Quanto ao mapa de pessoal referiu que, tendo em atenção a transferência de competências se propõe a alteração ao mapa de pessoal, com o intuito de alterar o organigrama da Câmara Municipal. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal**, terminada a intervenção do Presidente da Câmara Municipal, passou a palavra ao Deputado António Carção.

O **Deputado António Carção** disse que, está em discussão o que seria mais importante para o Concelho no próximo ano. No entanto, uma vez que

Sessão de 14 de dezembro de 2018

estes documentos podem sofrer diversas alterações e modificações trata-se apenas de um mero indicativo, e como tal, salvaguardaria duas situações que considera muito pertinentes. A primeira é a transferências para as Juntas de Freguesia, que diz colocar esta Assembleia Municipal em ridículo pelo valor insignificante atribuído às Juntas de Freguesia. -----

Disse que, ficou surpreendido pelo facto do FEF transferido para as Câmaras Municipais pouco ter aumentado ao longo dos anos, já no que toca ao IMI aumentou exponencialmente, tendo passado de € 283.000,00 (duzentos e oitenta e três mil euros, para 600.000,00 (seiscentos mil euros). -----

As transferências da EDP quase triplicaram, e as Juntas de Freguesia recebem menos que recebiam em 2009, dizendo que nesse ano recebiam duzentos mil euros, o valor que consta no orçamento para 2019 é inferior, apenas cento e cinquenta mil euros. -----

Apelou ao Presidente da Câmara Municipal para que aumente a verba a distribuir às Juntas de Freguesia e não as trate como quem trata os parentes pobres, pois é o trabalho que mais safra inclui, servindo-se o poder central deles, mas não lhes dando verbas para desempenharem as respetivas competências. -----

Dirigindo-se aos membros da Assembleia Municipal referiu que, no plano e orçamento consta a construção de três zonas industriais, e que em dez anos nem sequer foi construída uma. Considera que, é indigno para os Presidentes das Juntas de Freguesia que representam as freguesias pelas quais foram eleitos, nomeadamente o de Sendim, o de Palaçoulo e o de Duas Igrejas. -----

Referiu-se à compra de terreno, e perguntou para que zona industrial se destinam esses terrenos. Ainda relativamente à compra de terrenos, disse dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, que se não fizer a expropriação de terrenos para criar as zonas industriais de outra forma não conseguirá fazê-lo. -----

Quanto à compra de terrenos disse ainda que, terreno a três euros e meio o metro quadrado não é normal, nem honesto, havendo uma bitola pela qual se pode orientar na compra de terrenos, concretamente, o preço dos terrenos

G
A**Sessão de 14 de dezembro de 2018**

comprados aquando da execução do IC5, havendo agora pessoas a aproveitarem-se da situação para obter lucro. -----

Relativamente ao matadouro, perguntou se se trata de um matadouro intermunicipal ou de um matadouro municipal, já que constam os dois termos nos documentos em apreciação. -----

O **Deputado Bruno Torrado** dirigindo-se à plateia declarou que, é sua intenção votar a favor dos documentos em análise, referindo que se trata de um orçamento de boa execução, verificando que se trata de um orçamento que continua na prossecução na responsabilidade de boas contas públicas, sendo através do seguimento deste tipo de orçamento que a dívida do município, que este Executivo Municipal herdou, está praticamente liquidada, e por tais motivos vota favoravelmente este orçamento. -----

Considera que deve ser dado mais apoio financeiro às juntas de freguesia, mas dar com responsabilidade para não chegar à situação que se chegou outrora. -----

Felicitou o Executivo Municipal por ter optado pela percentagem mais baixa na recolha do IMI e no imposto sobre as águas, tendo em conta os interesses dos cidadãos residentes em Miranda do Douro. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** tendo-lhe sido solicitado, passou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Jacoto Lourenço. -

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço disse que, o orçamento é uma previsão, e como tal, trata-se de um instrumento fundamental, portanto, é de todo o interesse aprovar este orçamento sendo fundamental para o exercício das atividades de todas as autarquias e dos respetivos planos de ação. Quanto ao que o orçamento encerra em si disse que, agradece ao Presidente da Câmara Municipal pelas explicações que deu a respeito desta matéria, quando disse que pretende reunir com as juntas de freguesia, no sentido de poderem celebrar alguns protocolos, o que agradece, e mais uma vez no seguimento do que o Presidente da Câmara disse, que no que toca a Picote está prevista uma reunião para breve, que se realizará em torno da recuperação do miradouro, que será motivo de orgulho para todos. Que seja

G
A**Sessão de 14 de dezembro de 2018**

um ex-libris em termos turísticos pertencendo à rede turística de miradouros no nosso concelho. -----

Apelou para que, nesse âmbito de abertura em que vai ter reuniões com as Juntas de Freguesia, que se possa repensar, na sequência do que o Presidente da Câmara disse a respeito da preservação dos centros históricos, a preservação dos núcleos urbanos das aldeias, que se possa em conjunto definir um plano de intervenção nos denominados arranjos urbanísticos nas freguesias, de maneira a ir de encontro a uma perspetiva turística do futuro. ---

Referiu que, ainda há pouco tempo foi notícia nos meios de comunicação social que, a procura do turismo nos grandes centros urbanos está a ficar saturada, os turistas começam a entrar pelo Douro acima, a querer conhecer o Douro, não só o Alto Douro Vinhateiro, mas também, o Douro das Arribas, e provavelmente o interior será no futuro um grande destino turístico. Pelo que, considera que devem ser feitas agora as necessárias intervenções nas freguesias do nosso concelho, por forma a preservar os nossos núcleos urbanos. -----

Manifestou que, está disponível para em conjunto com a Câmara Municipal encontrar as melhores soluções de modo a servir a sua freguesia, assim como, os interesses do nosso concelho. -----

Posto este assunto a votação foi deliberado, por maioria, aprovar o mapa de pessoal, as grandes opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019, com uma abstenção e o voto contra do Deputado António Carção. -----

7. RELATÓRIO DO ORÇAMENTO 2019. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa, António José F. Ribeiro, que prescindiu de intervir. -----

Posto este assunto a votação foi deliberado, por unanimidade, aprovar o relatório do orçamento 2019. -----

8. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, não se tendo inscrito nenhum membro. -----

G
A**Sessão de 14 de dezembro de 2018**

Em seguida passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal a fim de prestar esclarecimento a respeito da informação por ele trazida a esta Assembleia Municipal. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** deu início à sua intervenção dizendo que, solicitará em janeiro ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para agendar uma sessão extraordinária, a fim de aprovar a alteração ao PDM relativamente à instalação de um convento na localidade de Palaçoulo. -----

Relativamente ao ano de 2019 deixou uma consideração dizendo que, haverá necessidade de reunir para debater a questão da transferência de competências para as autarquias locais no âmbito da descentralização. -----

Referiu que, fará chegar os diplomas legais que vão sendo publicados nesse âmbito, aos membros da Assembleia Municipal, a fim de dar conhecimento da matéria que tratam. -----

Disse que, os diplomas já publicados entram em vigor a um de janeiro de 2019 e que a partir dessa data será processada a transferência de competências para as Câmara Municipais. Tendo, obrigatoriamente, as autarquias locais que comunicar à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais se pretendem ou não aceitar as competências atribuídas até sessenta dias a contar da data de entrada em vigor desses diplomas. -----

Disse que, na prática, haverá transferência de competências a partir de um de janeiro de 2019, mas independentemente de aceitar essas competências ou não, em 2020 serão efetivamente transferidas para as autarquias locais. -----

Neste contexto, disse que, se deve ter a consciência e o conhecimento do que se vai discutir e depois votar quanto às competências transferidas. -----

Transmitiu que, a partir desse momento o funcionamento das autarquias locais desde um ponto de vista da sua organização, de financiamento, vai deixar muito pouco dinheiro para investimento. Ou seja, as competências transferidas vão ser altamente penalizadoras para as Câmaras Municipais, porque não vêm dotadas com as verbas necessárias para a assunção destes compromissos. Sendo uma enorme preocupação para ele e para o Executivo Municipal relativamente ao que pode vir a acontecer no futuro quanto à gestão, organização, planeamento e financiamento das próprias Câmaras Municipais. ---

G
A

Considera que, se trata de um assunto muito sério havendo necessidade de fazer uma avaliação consciente, e saber se devem ou não ser aceites as competências e em que condições. -----

Referiu que, esta transferência de competências é matéria política que deve ser discutida no âmbito da Assembleia Municipal, tratando-se da contextualização da reorganização administrativa do território em matéria de competências. -----

Para terminar, deu uma explanação sucinta a respeito de algumas das competências a transferir para as Câmaras Municipais. -----

Falou também a respeito do processo de privatização dos CTT dizendo que, não é acautelada a obrigatoriedade de haver um posto dos CTT em cada Concelho, dizendo a ANACOM que não tem nada a ver com essa questão e que é da competência da empresa que gere os CTT fazer uma boa gestão dos respetivos recursos. Tendo decidido que, nos postos onde não houver rentabilidade que se devem fechar. É o caso de Vimioso, Vila Flor, Freixo de Espada à Cinta, Moncorvo, Vinhais, e neste contexto foi apresentada uma providência cautelar, que também será apresentada no âmbito da CIM. -----

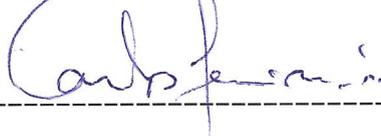
Transmitiu que, foi dado conhecimento aos membros desta Assembleia Municipal do teor da informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal, tendo este concedido os devidos esclarecimentos a respeito do conteúdo da mesma. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que, serão enviados todos os diplomas aos membros desta Assembleia Municipal de modo a que tenham conhecimento do respetivo teor, manifestando se pretendem aceitar a transferência de competências já em janeiro de 2019, e que se não forem aceites nos serão entregues em janeiro de 2020. -----

Referiu que, é necessário ter consciência de que estes diplomas já se encontram promulgados pelo Presidente da República e que foram aprovados pela maioria na Assembleia da República, tendo a ANMP sido a favor desta descentralização de competências, pelo que é inevitável recebe-las. -----

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a sessão eram treze horas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão

